

RITMO E REGIÃO: COTIDIANO, SAZONALIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO NA COSTA DO SOL FLUMINENSE

Marcos Paulo Ferreira de Góis¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil



Enviado em 7 mar. 2024 | Aceito em 27 out. 2024

Resumo: A análise dos ritmos de Henri Lefebvre (2021) recebeu recentes proposições empíricas para os estudos urbanos. Nesse artigo pretende-se pensar a ritmoanálise em sua possível dimensão regional, tendo em vista a região turística da Costa do Sol ou Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro. Logo, se discute o resultado das pesquisas sobre o papel do turismo na produção do espaço regional e os efeitos produzidos pela sazonalidade característica da atividade. As duas escalas temporais permitiram notar padrões de repetição e ciclos de aceleração e desaceleração e o aspecto provisório e disperso da ocupação regional pelo turismo.

Palavras-chave: ritmoanálise, região, turismo, urbanização, Costa do Sol-RJ.

RHYTHM AND REGION: DAILY LIFE, SEASONALITY AND THE PRODUCTION OF TOURIST SPACE ON RIO DE JANEIRO'S COSTA DO SOL

Abstract: Henri Lefebvre's (2021) analysis of rhythms has recently received empirical proposals for urban studies. The aim of this article is to consider rhythm analysis in its possible regional dimension, taking into account the tourist region of Costa do Sol or Região dos Lagos, in the state of Rio de Janeiro. It then discusses the results of research on the role of tourism in the production of regional space and the effects produced by the characteristic seasonality of the activity. The two-time scales made it possible to identify patterns of repetition and cycles of acceleration and deceleration, as well as the provisional and dispersed aspect of regional occupation by tourism.

Keywords: rhythmanalysis, region, tourism, urbanization, Costa do Sol-RJ

RITMO Y REGIÓN: VIDA COTIDIANA, ESTACIONALIDAD Y PRODUCCIÓN DEL ESPACIO TURÍSTICO EN LA COSTA DO SOL DE RÍO DE JANEIRO

Resumen: El análisis de los ritmos de Henri Lefebvre (2021) ha recibido recientes propuestas empíricas para los estudios urbanos. El objetivo de este artículo es considerar el análisis de los ritmos en su posible dimensión regional, teniendo en cuenta la región turística de la Costa do Sol o Região dos Lagos, en el estado de Río de Janeiro. A continuación, se discuten los resultados de la investigación sobre el papel del turismo en la producción del espacio regional y los efectos producidos por la estacionalidad característica de la actividad. Las dos escalas temporales permitieron reconocer patrones de repetición y ciclos de aceleración y desaceleración, así como el aspecto provisional y disperso de la ocupación regional por el turismo.

Palabras clave: ritmanálisis, región, turismo, urbanización, Costa do Sol-RJ

Introdução

O debate sobre a pós-modernidade trouxe questões sobre a pertinência da região como escala espacial frente aos processos de fragmentação socioespacial contemporânea (Haesbaert, 2010). A pertinência do conceito se organizaria em relação às discussões políticas, reestabelecendo o sentido original do termo e seus vínculos com a tradição francesa em seus moldes clássicos (Lencioni, 1999). Geralmente, as análises regionais atuais compreendem estudos sobre os vetores socioeconômicos que orientam a produção do espaço regional e o papel das metrópoles neste processo. O que ainda parece pouco desenvolvido é o aspecto espaciotemporal destas transformações. Tendo em vista esta lacuna, neste artigo se pretende associar as duas formas de análise, regional e rítmica, para se compreender as possíveis relações entre a produção regional e os ritmos associados à ocupação do espaço litorâneo pelo turismo. A proposta pode ser resumida de outra maneira como uma tentativa de produzir uma ritmanálise regional. Para tanto, serão ativadas duas escalas temporais: a primeira dirá respeito à produção do espaço regional como uma unidade delimitada por uma atividade, no caso estudado, o turismo; a segunda escala se refere aos arranjos espaciais temporários, promovidos em razão da sazonalidade, característica fundamental do turismo, com implicações para a vida cotidiana. A partir das duas escalas propomos observar os pressupostos sustentados por Lefebvre (2021 [1992]) sobre a análise dos ritmos.

Para isso, a região será definida como o arranjo espacial coerente de um conjunto de atividades humanas em uma área discreta, geralmente reconhecida como uma unidade geográfica socialmente construída e organizada em torno de um ou mais vetores socioeconômicos que dirigem o processo de estruturação do espaço (Claval, 2007). A ritmanálise, ao seu modo, será compreendida como uma forma de escuta do mundo, na qual se busca observar repetições e mudanças, acelerações e desacelerações, e o efeito de certos vetores socioeconômicos sobre os ritmos de reprodução da vida cotidiana e das relações sociais (Lefebvre, 2021).

O projeto de ritmanálise de Henri Lefebvre (2021) visava constituir uma abordagem que ampliaria a proposta do autor contida nos três volumes dedicados à Crítica da Vida Cotidiana. Trata-se, portanto, de um projeto grandioso e inacabado. Por isso, apesar de salientar o viés metodológico contido em sua Ritmanálise, entende-se que ele não abarca satisfatoriamente a proposta lefebvriana, que visava instituir uma disciplina articuladora com profundas repercussões para a ciência e a filosofia modernas. A ritmanálise teria a capacidade de reunir alguns temas centrais para a obra de Lefebvre, como a monotonia, a repetitividade, e a fragmentação. Temas, aliás, que foram de grande influência para os geógrafos, especialmente no que se refere à fragmentação dos espaços urbanos, ao cotidiano das cidades e aos efeitos das acelerações contemporâneas (Sposito & Sposito, 2020; Legroux, 2021; Carlos, 2020).

Nas páginas a seguir se apresentará um conjunto bem mais limitado de aproximações com a obra de Lefebvre. Aqui há maior interesse pela repetitividade, ainda que conexa aos problemas da monótona reprodução das práticas socioespaciais e os efeitos relacionados ao processo de fragmentação socioespaciotemporal. O cotidiano será entendido como trama, espaço-tempo em que podemos perceber as formas de reprodução da vida social. Este cotidiano será uma fresta pela qual observaremos o passado e por onde notaremos movimentos maiores, de anos e de décadas, que regem a produção do espaço regional. A partir da proposta de escuta do mundo de Lefebvre (2021),

de um componente regional, como empregado por Claval (2007) e de um enquadramento temporal, na direção de Adam (2008), em termos do método foi necessário o emprego de fontes, instrumentos e técnicas diversificadas. Em duas direções: i. um investimento na história regional a partir de informações contidas em acervos de jornais e revistas, arquivos iconográficos e cartográficos, plantas arquitetônicas e projetos urbanos; ii. uma abordagem localizada, por meio de trabalhos de campo, com observações diretas e descrições realizadas com registros fotográficos, em croquis, esquemas explicativos, e mapeamentos.

A Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro, foi um campo de observações privilegiado, mas diversos aspectos apresentados ao longo do texto não se limitam a ela. Em alguns casos as análises dos ritmos poderiam encontrar semelhanças com outras regiões turísticas, tendo em vista algumas características associadas ao tipo e à duração das ocupações. Por isso, apesar da concentração em um caso, algumas reflexões sobre os ritmos podem ser extrapoladas para outros lugares.

Sobre regiões e ritmos

Para delimitar melhor sobre o que trata este texto é prudente frisar alguns princípios. Em primeiro lugar, Lefebvre (2021) sugere diferentes tipos de ritmos (secretos, fictícios, dominadores-dominados), dentre eles, os públicos, que nesse caso nos interessam mais. Trata-se de ritmos sociais que expressam interesses comuns, compartilhados e expressos publicamente. A eles poderiam ser traçadas pontes analíticas com outros tipos e, assim, ampliar a escuta do mundo com outras fontes, como romances, cartas, histórias orais, fotografias e toda sorte de observações outras que, infelizmente não puderam ser privilegiadas neste breve texto. Por isso, os ritmos públicos serão evocados a partir de outras fontes, como projetos, planos de cidade, anúncios de jornais, censos demográficos, observações do cotidiano etc.

Em segundo lugar, uma região é caracterizada por uma polirritmia. Trata-se de um arranjo espacial demasiadamente complexo e dirigido por vetores que são muitas vezes concorrentes. Não há um único diapasão que guie o rumo de uma região em seu movimento histórico. Por isso poderia se dizer que há momentos de eurritmia, em que as combinações de diferentes ritmos encontram uma harmonização, ou melhor, um direcionamento mais claro, por vezes até imposto, como nos planos de urbanização que veremos mais adiante. Porém, regularmente se notam arritmias, ou ainda, ritmos que se chocam, que causam desajustes e até sofrimento, em virtude de adensamentos provisórios e rupturas no cotidiano que podem causar escassez de recursos. Fato é que todo ritmo implica lugar, tempo e dispêndio de energia. Essas três dimensões são fundamentais para perceber repetições e mudanças e os estágios de estruturação rítmica (nascimento, crescimento, apogeu, declínio e fim). Mesmo nos grandes planos de urbanização há, portanto, heterogeneidade, rupturas e descontinuidades.

Em terceiro lugar, segundo as indicações de Lefebvre (2021), o ritmanalista deverá estar atento aos ritmos cíclicos e lineares, ou seja, aos movimentos dos conjuntos naturais e aos movimentos da história humana na Terra. Isto implica em notar as variações dos dias e das noites, os efeitos das estações e da sazonalidade, mas, também, as implicações para o cotidiano e para os quadros regionais que se formam ao longo das décadas. Nesse caso, a escuta dos ritmos será produzida a partir da sensibilidade geográfica. As unidades de análise serão os objetos espaciais, como as casas, as ruas e estradas, as orlas, as praias e lagoas e as cidades. A partir deles é que se têm unidades de medida e que se pode, assim, vislumbrar os projetos e os elementos que compõem o quadro regional.

A escuta dos ritmos será guiada por dois recortes analíticos demasiadamente simplificadores, mas necessários para apontar o potencial explicativo da proposta. A forma de segmentar o tempo e o espaço escolhida é o que podemos chamar de enquadramentos espaciotemporais, ou seja, uma delimitação de escalas, muito próximo daquilo sugerido por Adam (2008). O primeiro enquadramento lida com a estruturação do vetor socioeconômico e a constituição de uma “vida” regional que é organizada a partir desse vetor central. Para o nosso caso, o turismo. O segundo enquadramento diz respeito à consolidação do ritmo regional, que pela característica do vetor turístico, possui uma forte marcação temporal: a sazonalidade ao longo do ano, a qual marca a vida cotidiana e conforma uma variância diária, eventual e localizada. Nesse caso, trata-se dos movimentos, das densidades e das frequências que caracterizam os diversos locais que estão regionalmente compreendidos.

O nexos entre ritmos e região não é, no entanto, tão simples como proposto. É preciso se perguntar em que sentido as regiões possuem ritmos? E, depois, como analisar esses ritmos regionais? O caminho escolhido foi adotar a perspectiva da geografia espaciotemporal de Torsten Hägerstrand (1982). Apesar de ser um projeto concorrente e sem uma clara adesão à abordagem regional, a *time-geography* também visa o cotidiano como objeto de investigação e busca, ao observar trajetórias e lugares, notar padrões de distribuição espacial e rotinas que se entrelaçam. Tais padrões espaciotemporais podem ser notados em diferentes níveis, desde a escala do indivíduo até o conjunto de uma região, visto como uma composição de trajetórias no espaço e no tempo. As aproximações entre os dois projetos de pensar o espaço-tempo são promissoras, mas adverte-se que cada uma participa de projetos acadêmicos bem distintos. Aproximá-los é um fascinante exercício de reflexão intelectual, mas que deve se conter às contribuições possíveis de cada obra, o que será bastante restringido nesse texto².

Ao seguir as observações de Pred (1977) e do próprio Hägerstrand (1967; 1982), podemos indicar, também, alguns princípios norteadores. Para a obra de 1967 aborda-se o problema da difusão espacial de inovações. Nesse caso, as inovações associadas ao turismo, como a criação de orlas, hotéis, roteiros etc. Já a obra de 1982 nos oferece a possibilidade de pensar o cotidiano, as escolhas das rotinas diárias, semanais, eventuais. Como o espaço é restrito, aponta-se somente os aspectos gerais das obras que podem ser agrupados.

Em primeiro lugar, em ambas as propostas há claro privilégio à noção de espaço como um objeto indissociável do componente temporal da realidade. Aspectos como os horários de funcionamento de empresas, as horas dedicadas ao trabalho ou mesmo a duração do período de insolação, são elementos essenciais. Além disso, tempo e espaço são recursos escassos e, portanto, muito valorizados, especialmente em uma economia de mercado. Inovações podem reduzir o tempo gasto e ampliar a parcela de terreno percorrida ou apropriada. Por isso há uma economia do espaço-tempo.

Em segundo lugar, a escassez é derivada da própria natureza humana e social. As escolhas individuais, institucionais ou sociais são, portanto, limitadas, tanto em relação à duração da vida de cada indivíduo, quanto em relação às habilidades humanas, aos recursos disponíveis, à duração de

² Howard Becker (2015) apresentou em um de seus livros dirigidos aos alunos de pós-graduação o seu método de produção textual. Em um dos capítulos ele trata de uma forma de construir um texto que se baseia em algo que poderíamos chamar de composição. Ao ter contato com ideias verdadeiramente interessantes, ele teria o costume de guardá-las pensando na possibilidade de uso futuro daquele conjunto de propostas. Podemos dizer que esse método inspirou este artigo. Unir a ritmanálise de Lefebvre e problematizá-la à luz de Hägerstrand para pensar o tempo e o espaço em um enquadramento regional foi o primeiro passo, ainda que ele em si já seja um enorme desafio.

cada tarefa ou projeto, ao consumo do tempo durante o movimento no espaço, aos constrangimentos advindos de experiências anteriores etc. Este complexo quadro é ainda ampliado se se tem em conta os constrangimentos impostos pelo meio físico, pelas infraestruturas e pelas regulações e interdições de autoridade. Portanto, surge o problema do custo de oportunidade, pois, o custo de tempo de uma atividade corresponde ao tempo que é tirado para se realizar outras atividades. Se um tempo de um indivíduo é alocado nas atividades A e C, então o custo de oportunidade para exercer a atividade B cai significativamente.

Em terceiro lugar, é preciso estabelecer um sentido entre as escolhas individuais e os projetos coletivos, no âmbito de uma cultura. Os projetos individuais formam um conjunto, que pode ser lido regionalmente a partir dos tempos dedicados à produção e ao consumo dispensado pela população daquela região cotidianamente. À oferta dos tempos se deve ponderar sobre a demanda por inovações produtivas, de consumo e, principalmente, de transporte e comunicação, meio pelo qual ocorre a difusão das inovações. Os projetos não são, portanto, absolutamente individuais. Eles precisam se combinar a um interesse coletivo ou a um arranjo social que viabilize a sua execução, com a superação dos possíveis constrangimentos ao movimento. Os projetos são constituídos por um conjunto de tarefas e metas que envolvem diversos agentes. Realizar as tarefas exige a coordenação de esforços coletivos, a organização de uma autoridade consensuada e a promoção das habilidades ou especializações individuais. Como sugere Robert Sack (2004), na produção do lugar há o controle da área por meio de regras sobre o que pode e o que não pode ser feito. Uma região é um espaço organizado, controlado e coordenado exatamente porque assim se permite assumir projetos em conjunto e tecer relações através do espaço e do tempo, em uma maneira de planejar. Obviamente que não se trata de ignorar os processos de imposição, coerção e exclusão que advém de tais projetos, mas de colocá-los à vista em meio à composição desse quadro regional.

Após definidos brevemente os marcos da proposta e estabelecidos os aspectos centrais das obras de referência é importante nos voltarmos para um caso que servirá como uma forma de situar o problema. Ao abordar o turismo como um vetor econômico-produtivo e a urbanização como um processo regionalmente articulado percebemos que há um enquadramento possível: a região turística. No estado do Rio de Janeiro houve diversas iniciativas de regionalização do turismo com variações em relação às delimitações e denominações ao longo do tempo. Apesar da variedade há relativa estabilidade em torno da região dos Lagos, definida pelo marco hídrico de um complexo sistema lagunar que alcança os limites entre Niterói e Maricá e segue até o centro histórico de Cabo Frio. Essa região já teve outros nomes, como Baixada de Araruama, Costa do Sol e Baixadas Litorâneas, mas se manteve popularmente conhecida pelo seu vínculo com os lagos, o mar e o sol.

Materiais e métodos

A região é uma escrita, um livro elaborado no espaço e organizado pelas páginas do tempo. As fontes para acessar os vestígios da história regional não se limitam, portanto, ao contato direto, mediado pelas observações e descrições em campo; elas incluem relatos e dados contidos em jornais, revistas, arquivos iconográficos, mapas, plantas e projetos. Além deles, são de grande importância os relatos orais, obtidos junto à população que dá ao lugar a sua própria escuta.

Todas as etapas acima foram fundamentais para montar a primeira tentativa de se criar uma análise dos ritmos regionais. As jornadas de trabalho de campo envolveram visitas aos municípios que compõem a Região dos Lagos. Os percursos compreenderam os seguintes municípios: Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro D'Aldeia, Cabo Frio, Armação de Búzios e Arraial do Cabo. Os

roteiros dos trabalhos de campo foram acompanhados por instrumentos de atenta observação e descrição das áreas, o que incluiu o uso de cadernos de campo para a indicação de pontos de interesse, croquis e mapas de auxílio à observação, registros imagéticos e a criação de esquemas gráficos explicativos, parcialmente reproduzidos neste artigo. As áreas observadas incluíam os centros turísticos e balneários, mas também os lotes nas áreas periféricas dos municípios, especialmente aqueles produzidos antes dos anos 1980.

Em razão das adaptações do método e do escopo da pesquisa, os procedimentos voltaram-se para a compreensão das informações que permitissem pensar sobre três aspectos associados à ritmanálise: o processo de construção das moradias e das cidades do veraneio, ou seja, as formas-conteúdo resultantes do processo de turistificação; as acelerações humanas produzidas pelo veraneio, em sua ocupação sazonal da região e seus efeitos para as mudanças rítmicas; e os vetores de expansão ou funções econômicas e sociais que ditaram o ritmo dessa ocupação do espaço regional.

Sobre o veraneio – e o processo de constituição de formas-conteúdo – foi realizada uma imersão no passado regional. Nesse caso, trata-se de um processo mais amplo em que o turismo é um vetor condicionado pelo “motivo” balneário ou praiano, ainda fortemente elitizado até os anos 1960 (Gomes & Parente-Ribeiro, 2021). Nota-se a relevância de se perceber, portanto, o variado quadro regional a partir de um exame do mercado de terras, da estrutura fundiária, dos projetos públicos e das ações de conexão rodoviária, condicionantes de uma urbanização dispersa (Holzer & Santos, 2014). Tratou-se, portanto, de um exame das estruturas socioespaciais (Santos, 2004) que permitiram compreender o ritmo da produção do espaço regional.

Todo este complexo processo de estruturação foi resgatado por meio de fontes hemerográficas, majoritariamente do acervo do jornal O Globo, e de arquivos oficiais, como os da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Em tais fontes encontram-se vestígios da história regional que nos permitiram desvelar o processo mais geral de “turistificação” do estado do Rio de Janeiro, parcialmente descritos por outros autores citados ao longo do texto. Ao mesmo tempo, as informações obtidas auxiliaram no entendimento das práticas sociais em cada região, as diferentes etapas de ocupação, os modelos de loteamento e de construção da casa e os planos de urbanização.

Visto o processo e os seus marcadores históricos, os dados sobre a população permitiram compreender padrões constituídos nessas regiões nos últimos 50 anos. Notou-se o padrão de ocupação e a sua dispersão no território a partir de mapeamentos criados desde os anos 1950, além de dados obtidos junto ao IBGE sobre suas características socioeconômicas, organizadas a partir dos Censos Demográficos produzidos desde então. O ritmo das transformações ao longo do tempo pôde ser visto graças ao esforço de mapear as ocupações do espaço pelo veraneio: os padrões de localização, as formas urbanas derivadas dos loteamentos, o efeito da sazonalidade, a presença irregular da segunda residência e a sua conversão em moradia definitiva nos últimos vinte anos. Junto ao olhar sobre os dados quantitativos, os arquivos iconográficos do IBGE, do Arquivo Nacional, das prefeituras e das publicações científicas sobre a área nos permitiram notar, em meio às profundas alterações morfológicas, a paisagem vernacular, a autoconstrução, o improvisado, a espera e os ritmos do povoamento. Infelizmente, com o atraso na organização do Censo Demográfico previsto para o ano de 2020, esses dados não puderam ser compilados e organizados com os cruzamentos previstos inicialmente.

O ritmo da produção do espaço regional

As primeiras grandes obras de criação de balneários, orlas, hotéis, restaurantes e outros equipamentos à beira-mar começam a ser produzidas ainda nos primeiros anos do século XX (Gomes & Parente-Ribeiro, 2021). Por muito tempo o mar e a praia compunham uma paisagem pouco apreciada, vista como um local de trabalho para os pescadores ou apenas como lugares de fixação das embarcações, uma vista temida, rica de imaginários (Corbin, 1989). A ocupação do litoral se deu lentamente e as cidades permaneceram por muito tempo “de costas para o mar”.

Para o caso do estado do Rio de Janeiro, a viagem para a praia passou a ganhar muitos adeptos a partir dos anos 1930. Parte da população investia em longas jornadas em estradas de chão, em composições de trem ou mesmo pelo mar, para chegar aos destinos, usualmente carentes de hotéis ou qualquer outro tipo de instalação turística. O planejamento regional e nacional do turismo (nos anos 1960 e 70) buscava organizar as ações particulares em direção a um rumo lógico, a um plano comum de hierarquização dos centros. A estruturação de um plano comum revelaria uma primeira aceleração dos ritmos no interior do estado. A modernização seria promovida pelo saneamento da terra e pela criação de um leque rodoviário ainda nos anos 1930 (Backheuser, 1944; Alcoforado, 1949). Estradas como a RJ-106 serviram para ligar o interior à metrópole e permitiram a fluência de trajetórias paralelas à costa fluminense (Martins, 1986; Costa, 1993; Oliveira, 2001). Tratava-se de um plano para acelerar os deslocamentos e aproximar os lugares. Ao criar a expectativa da rodovia, se inaugura a prática de antecipação espacial (Corrêa, 1995), um movimento de organização do território associado ao vetor turístico que precede a efetiva ocupação do espaço balneário (Palmier, 1948; Sociedade Fluminense de Fotografia, 1950; Boada, 1954).

A conversão de terras rurais em terras à espera de ocupação, via loteamentos ou via planejamento de cidades, ocorre desde os primeiros anos da década de 1940, no âmbito da recuperação econômica do estado do Rio de Janeiro, promovida no governo de Amaral Peixoto e durante o Estado Novo (Backheuser, 1944; Geiger, 1952; Silva, 2003). Traços desse processo ainda são encontrados às margens das rodovias criadas naquele período e documentados desde os anos 1950 (Geiger, 1952; Monteiro, 1954; Bernardes, 1957). O exemplo mais pertinente e ainda presente na paisagem seria o Parque Hotel de Araruama (figura 1), referência do planejamento de cidades balneárias dos anos 1940. O hotel, hoje um espaço escolar, preserva em suas formas a memória de um projeto regional superado, mas que, no passado, foi o pináculo que orientou a aceleração do processo de transformação fundiária. A primeira aceleração ocorreu, portanto, nos anos 1940, sob a coordenação dos governos federal e estadual, em torno de um projeto de urbanização de cidades. O hotel, o parque, o bairro e a orla conformavam um modelo, um tipo de inovação turística que deveria ser replicada ao longo da via litorânea.

Figura 1 - Vistas do Parque Hotel de Araruama, o parque, a praça e um trecho da orla



Fonte: Acervo da pesquisa. Araruama, 2022.

Se entendermos o espaço como uma acumulação desigual de tempos, como indicou Milton Santos (2004), veremos que antes de ser um plano organizado, o turismo é uma prática social estruturada material e simbolicamente ao longo do tempo, marcando os lugares com os conteúdos e as formas sociais de cada momento. O Parque Hotel de Araruama é um exemplo, assim como os loteamentos, as estradas e os equipamentos turísticos que ainda permanecem na paisagem, mesmo que exercendo novas funções. Alguns desses marcos tiveram participação importante na aceleração do ritmo de ocupação regional. Eles constituíram uma frente pioneira (Gomes & Parente-Ribeiro, 2021) a partir do qual deveriam se afinar os instrumentos para a ocupação de toda a região. O Parque Hotel e o conjunto urbano construído em seu entorno seriam dispositivos espaciais que orientariam a expectativa vocacional regional, ou seja, um tipo de equipamento turístico de vanguarda (como parques, orlas, marinas etc.).

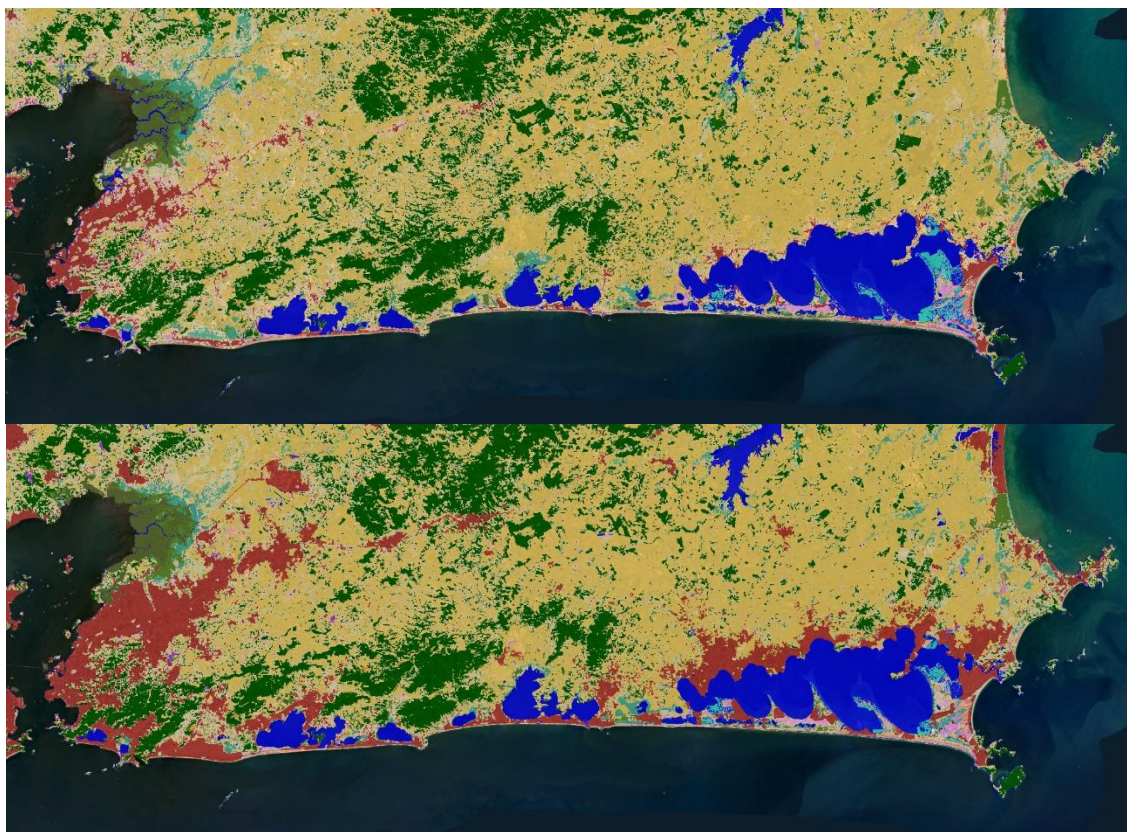
Ao planejamento de cidades turísticas se estenderam duas práticas concorrentes: o loteamento periférico e predatório da terra; e a produção de bairros e cidades. Dentre os dois, prevaleceu o primeiro, mais simples em termos de infraestrutura, mais rápido na forma que abre o terreno e mais lucrativo para aqueles que convertem terra rural em urbana, consumindo os espaços litorâneos em recortes ortogonais sobre matas, campos, restingas e salinas (Parente-Ribeiro, Góis & Sotratti, 2019).

Dois ritmos se impõem na produção regional até aquele momento. Em primeiro lugar, o ritmo da conversão das fazendas, dos espaços salineiros e das comunidades pesqueiras em loteamentos (Holzer & Alcântara, 2008). A rápida conversão deriva do uso da máquina e da força humana que recorta a terra em unidades retangulares e cria ruas de terra batida sem qualquer outro recurso estrutural. Após a rápida concretização dos desenhos sobre a terra se estabelece outro ritmo, este lento, espaçado. Trata-se do ritmo da ocupação do espaço regional, das construções das ruas, das

casas, dos comércios etc. Os lotes recortados esperam as estradas, a papelada dos cartórios, a produção dos anúncios nos jornais, as ligações dos interessados para as imobiliárias e incorporadoras, as visitas guiadas pelos corretores, o crédito dos bancos, as assinaturas dos futuros proprietários. O lote tem um novo proprietário, mas esperará ainda anos para as primeiras obras de beneficiamento, pelas estacas de madeira, pelos muros e portões, pela casa. A região seria produzida tijolo por tijolo, ao longo de décadas, até que uma aceleração do ritmo rompe com o padrão até então visto.

Fato significativo do turismo é que o seu planejamento teve que lidar com os interesses do mercado imobiliário e com os arranjos regionais entre os municípios em relação à disponibilidade de infraestrutura urbana. Trata-se, aliás, de tema recorrente na literatura sobre as regiões (Ribeiro, 2003). O sucesso do veraneio se deu às espessas desse planejamento. Como avaliou acertadamente Fratucci (2000), os planos para o turismo não foram tão efetivos, restando aos governos o ajuste das demandas por melhorias em cidades que cresciam conforme o interesse especulativo e a gula dos incorporadores de terras. Os efeitos do turismo recaíam sobre a municipalidade, que seria a responsável pela criação de estrutura urbana de suporte às atividades do setor. A imagem abaixo (figura 2) apresenta esse problema como uma mancha (cor vermelha) que se espalha às margens dos corpos hídricos, envolvendo-os e se dirigindo para o interior. A partir do início da década de 1980 se nota um incremento significativo das construções e da expansão dos loteamentos na região (Costa, 1993). Trata-se da inovação que teve a mais rápida difusão no espaço, ocupando inicialmente a face norte do complexo lagunar fluminense e, depois, a estreita faixa entre a lagoa e o mar.

Figura 2 - A aceleração do turismo e a ocupação do litoral da Região dos Lagos



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema MapBiomias (1985-2021).

Os tempos lentos dos espaços opacos das salinas e lagoas seriam confrontados pelos sons dos motores, das ferramentas e dos novos visitantes. A primeira aceleração ocorre nos anos 1940; a segunda é dirigida pela divulgação do turismo e pela construção da rede regional veranista nos anos 1970; a terceira e última aceleração decorre dos novos desejos pela casa de praia e pela possibilidade de rápida conexão metropolitana a partir dos anos 2000. A cada trinta anos um novo ritmo, uma rápida mudança e um novo conjunto de repetições no tempo que demarcam o espaço com novas formas-conteúdo.

A construção da Ponte Rio-Niterói possui papel fundamental para a segunda e para a terceira fase de aceleração. Ela aumenta o fluxo, interliga localidades, acelera o tempo de deslocamento, reduz distâncias, torna a Costa do Sol acessível a menos de 3 horas, até Cabo Frio. A mudança implica em uma reorganização de todo o quadro regional. O fio costura as duas malhas urbanas antes separadas pelas águas da Baía de Guanabara. É a partir da Ponte que se torna viável o veraneio, e é com ela que o turismo se populariza, ao ficar mais acessível fisicamente e economicamente para as famílias de classe média urbana, especialmente aquelas dos subúrbios cariocas e niteroienses. Em 1976, apenas 2 anos após a construção da ponte, já há relatos de congestionamentos, acidentes e falta de vagas em ônibus. Cabo Frio era descrita como um dos principais destinos, acolhendo mais de 150 mil turistas durante os finais de semana prolongados. Isto para uma cidade que possuía no final dos anos 1970 um pouco mais de 30 hotéis. Logo, o turismo adquire um tom veranista, caracterizado pelo uso de residências secundárias, aluguéis por temporada e em pequenas pousadas construídas a partir de casas de famílias recém-refuncionalizadas. A rodovia dará o tom urbano para toda a região (Holzer, 2014). Ela mudará os rumos das vidas e os ritmos da produção do espaço.

O horizonte traçado pela urbanização turística nunca se concretizou, no entanto. Os hotéis faliram e fecharam, os jardins foram abandonados, as orlas quase se perderam em meio à paisagem. O incentivo inicial acelerou o processo de conversão das fazendas em loteamentos, antecipou no tempo a comercialização do espaço. Esse processo urdido entre os anos 1940 e 1970 transformou o perfil econômico regional e a sua paisagem. Novos ritmos, novas conexões, novos comportamentos e novos vetores surgiram a partir do final dos anos 1970. Todos estes fatores resultaram em um aumento populacional acima das médias nacional e estadual (Tabela 1). Tais fatores foram o germe desse crescimento demográfico, urbano e turístico. Somente entre 1990 e 2010 se nota uma taxa de crescimento do número de domicílios acima da média nacional para o período. No Brasil a média foi de um incremento de 65% entre 1991 e 2010. Nos municípios da região a média foi superior a 100% (ou seja, o número de domicílios duplicou – ou ainda mais do que isso – em 20 anos). Em alguns casos, o incremento populacional foi de mais de 400% entre 1970 e 2010.

Tabela 1 - População e domicílios dos municípios balneários fluminenses. Fonte: IBGE (2022)

Município	Área (km²)	Densidade Demográfica	População Taxa 1970-2010	Domicílios Taxa 1970-2010	Total de Domicílios 2010	Domicílios ocupados 2010	Taxa de ocupação 2010
Angra dos Reis	813,4	208,4	321%	673%	72056	53575	75%
Araruama	638,3	175,5	180%	390%	60409	35872	59%
Armação dos Búzios	71,0	388,3	0%	0%	17842	9030	51%
Arraial do Cabo	152,1	182,2	0%	0%	19446	8968	46%
Cabo Frio	413,4	450,4	320%	600%	105375	59525	57%
Itaguaí	282,6	386,0	95%	225%	41271	33942	83%
Iguaba Grande	51,0	448,3	0%	0%	17808	7582	43%
Mangaratiba	367,6	99,2	195%	376%	31517	11797	37%
Maricá	361,6	352,5	439%	859%	67389	42846	64%
Niterói	133,8	3645,1	50%	155%	191172	169331	89%
Paraty	924,3	40,6	136%	288%	16293	11504	73%
Rio de Janeiro	1200,3	5265,6	49%	125%	2408891	2146340	89%
São Pedro da Aldeia	332,5	264,3	217%	463%	42711	27762	65%
Saquarema	352,1	210,8	205%	406%	45112	23143	51%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010-2022).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010-2022)

Se olharmos somente para a Região dos Lagos, a população permanente sofreu uma rápida aceleração a partir dos anos 1990, o que parece demonstrar a transformação do perfil turístico e de veraneio da região, a qual passa a ter uma população permanente da ordem de 800 mil habitantes na estimativa para 2022. A partir do final dos anos 1990, talvez pelo crescimento das alternativas de trabalho no interior do estado do Rio de Janeiro, especialmente pelo setor energético e de indústrias locais, mas também pelo crescimento do aparato estatal nos municípios, os domicílios fixos – primeiras residências – crescem e a urbanização passa a ter relativa independência em relação ao turismo de veraneio para alguns municípios, como Maricá e Cabo Frio. Trata-se de um novo movimento de aceleração, mas voltado para a ocupação efetiva, para o adensamento de construções, para a rápida consolidação de um urbano extensivo, guiado pelas rodovias e pelos novos vetores econômicos regionais.

Os ritmos sazonais de uma região turística

Quando se observa a expansão do turismo no estado do Rio de Janeiro nota-se uma forte relação entre a dinâmica metropolitana, sua expansão e conexão regional, com o surgimento de novos lugares turísticos no interior do estado. As acelerações contemporâneas possuem novos motivadores, que escapam das demandas metropolitanas, em novas orientações de fluxos regionais, locais e globais. Trata-se de algo reforçado pela reestruturação e reorganização do setor industrial energético fluminense, caso dos municípios de Itaboraí, Campos dos Goytacazes e Macaé, que constituem o elo final que liga a região dos lagos ao norte do estado, à região do petróleo. Trata-se, aqui, de outro efeito do ritmo: as implicações espaciotemporais dos deslocamentos nos ritmos regionais em uma escala temporal de décadas que aludimos anteriormente.

A organização do território turístico do estado do Rio de Janeiro (Fratucci, 2000) acompanhou, assim, a organização das rotinas associadas ao lazer. Os tempos das famílias são paulatinamente orientados para o lazer náutico (Ribeiro, 2003) e para as atividades que ocorreriam nos fins de semana, feriados e férias escolares. As propagandas são direcionadas para este ciclo recorrente de

deslocamentos, promovidos ainda na década de 1940 pelas recém-construídas rodovias. Esta organização das rotinas e a implementação dos ciclos de viagem alimenta o efeito da sazonalidade, comum a tais áreas de veraneio. As cidades turísticas (no sentido empregado por Mullins, 1991; e Mascarenhas, 2005) foram, portanto, organizadas para reproduzir um ciclo repetitivo de baixas e altas temporadas, o que se reflete espacialmente no adensamento da vida social e no estrangulamento dos serviços e equipamentos urbanos, e temporalmente na produção de uma arritmia ou aceleração repentina das práticas sociais. Essa aceleração dos ritmos possui características urbanas, mas se associa aos ritmos cíclicos do próprio meio, com as temporadas de calor, entre dezembro e março, períodos da alta temporada, que coincidem com o verão no Atlântico Sul.

Esta seria a característica fundamental dessas áreas: longas esperas para momentos de grande afluxo turístico. Uma mesma região que se desdobra em dois ritmos: um ritmo da região “em baixa”, outro ritmo da região “em alta” temporada. Em certo sentido, em períodos de baixa se associam tempos lentos, eventualmente revigorados em finais de semana quentes, feriados prolongados ou em dias de eventos promovidos localmente. Esses tempos lentos, rotineiros e menos suscetíveis às arritmias, estão mais presentes nos períodos de “alta” e que se identificam melhor com o que podemos chamar de tempos compostos. A densidade, a velocidade, a frequência e a efemeridade dos encontros potencializam o surgimento de uma ruptura no ritmo de “baixa” durante o período de “alta”. Essa variação entre períodos de alta e de baixa caracteriza as regiões turísticas e fomenta cotidianamente a própria estruturação do espaço regional.

A região em baixa também espera. Ela tem o seu ritmo mobilizado pela rotina, pelas repetições de eventos cotidianos. O setor de serviços e o comércio local se mantêm ativos, mas em compasso de espera. A movimentação das estradas é pequena, sobram vagas para estacionar nos centros turísticos e as calçadas silenciosas conservam o aspecto de uma cidade pacata, de interior, pequena. A manutenção de casas e condomínios é garantida pelos caseiros e funcionários que conservam as piscinas limpas, os jardins verdes, os gramados baixos e as casas arejadas. Tudo fica preparado para o próximo fim de semana de sol, quando as casas fechadas e as praias vazias darão lugar aos grandes movimentos de turistas que aportam em cada cidade.

A região em alta, que explode em picos de ocupação, adquire maior densidade de pessoas e de objetos. Além disso, a frequência aos lugares aumenta rapidamente, pessoas se concentram nos mesmos lugares, nos centros da moda, nas ruas adornadas para a recepção de milhares de visitantes. Essa abrupta mudança conserva uma monotonia se observarmos em outra escala do tempo. Todo ano se repete o mesmo ciclo de ocupação do espaço litorâneo, ativando as mesmas áreas, conforme as direções dadas pelos eventos promovidos localmente. Nos momentos de alta, no entanto, é difícil encontrar o ritmo da vida e os agentes de ordem urbana tendem a improvisar soluções para lidar com o caos. Um grande esforço social é empenhado na tentativa de encontrar o arranjo possível para a contenção dessa rápida aceleração rítmica.

Se observamos a paisagem neste enquadramento temporal de curta duração, ela não teria substanciais mudanças em termos de sua forma. Porém, ao aumentarmos o distanciamento e abrirmos o quadro, notamos que a sucessão de padrões rítmicos mais lentos e picos de aceleração provocam efeitos duradouros na organização interna do espaço regional: fragmentação socioespacial, com conflitos territoriais; antecipação espacial, com precarização das condições habitacionais; e adensamento demográfico, com ocupação por saltos, uma urbanização dispersa, no sentido empregado por Holzer e Santos (2014).

A sazonalidade e o turismo veranista têm na residência secundária a sua forma-conteúdo mais expressiva do processo de produção do espaço. A casa de veraneio possui, portanto, forma, sentido,

história e projeção. Elas são obra e projeto ao mesmo tempo. A paisagem resultante também é obra social em toda sua complexidade e contradição estrutural, pois ela é projeção dos desejos, dos valores e dos interesses econômicos desta mesma sociedade. Por isso podemos acompanhar Augustin Berque (1985) e falar em trajeção, esse entrecruzamento entre natureza e cultura, individual e social, sujeito e objeto. As paisagens veranistas expressam essa ambiguidade, que é também entre passado e futuro. Na casa de veraneio está escrita a história da transformação da região. A partir dela se pode notar o movimento da história social e das famílias.

A bibliografia sobre o tema enfatiza o problema da segunda residência também em relação ao déficit habitacional e na relação entre o local e o estrangeiro (Dantas, 2011; Fonseca, 2012; Pereira, 2012; Arrais, 2013). A segunda residência é resultado da demanda das elites e da classe média metropolitana, com forte vínculo às grandes cidades, que submetem as localidades do interior aos seus interesses sobre o mercado de terras. Assim, regiões inteiras têm seu destino definido pelas demandas externas. Porém, o desejo pelo veraneio não é exclusividade das elites, mas parte de um bem difundido interesse social, forjado em meio a um desejo de paisagem, que abarca tanto as elites quanto às classes populares, algo que pode ser observado a partir das formas dos bairros, dos loteamentos e, principalmente, das casas (Figura 3). Por meio da arquitetura se denotam as condições econômicas de cada grupo em investir no melhor arranjo de materiais e nos projetos de arquitetura. O desejo pelo veraneio possui, portanto, formas diversas de apresentação no quadro regional.

Figura 3 - Vistas de casas e de terrenos em Saquarema – RJ. Praia de Jaconé (superior à esquerda); Centro de Saquarema (superior à direita); Itaúna (abaixo)



Fonte: acervo da pesquisa (2022-2023).

Devemos salientar, no entanto, que esse perfil de forte demanda e organização a partir dos centros metropolitanos tende a mudar com o tempo, com a própria complexificação das cidades e dos seus centros de gestão local. Mudanças na rede urbana tendem a indicar esse novo papel das cidades veranistas na condução do processo de ocupação do território. Isto inclui, além disso, uma diversificação do mercado imobiliário e de terras. Agentes locais e intermediários surgem no processo de aquisição de terras, de planejamento de loteamentos e condomínios e na construção de bairros. Aos poucos, o mercado de terras e os agentes que produzem o espaço urbano indicam as direções para o habitar, sugerindo as melhores áreas para as classes que podem arcar com os custos de uma localização privilegiada à beira-mar e dotada de equipamentos e serviços urbanos adequados. Para o interior se aglomeram em lotes menores a população de novos trabalhadores pobres ou recém-remobilizados pela especulação fundiária.

Boa parte da estrutura urbana que sustenta o veraneio e ajuda a consolidar os loteamentos de segunda residência se encontra nos sertões, em áreas periurbanas, ou mesmo rurais, dos principais municípios. São aspectos da paisagem veranista que permanecem praticamente invisíveis, mas que compõem um complexo sistema sociotécnico de abastecimento, manutenção e produção do espaço turístico. O seu enquadramento regional articula cidades vizinhas e até mesmo a metrópole fluminense. Estes grandes objetos geográficos sustentam o crescimento das demandas sazonais e permanentes e reproduzem os impactos conhecidos sobre o ambiente costeiro. Nessas áreas limítrofes estão assentados também boa parte dos trabalhadores do veraneio.

Os loteamentos foram e ainda são a principal forma de parcelamento e venda do solo nos municípios turísticos. Em geral, trata-se de lotes sem infraestrutura, com apenas as marcações do terreno e a conexão direta com o arruamento, por vezes, apenas o corte dos tratores sobre a terra nua. Ao longo das orlas e das ruas se formaram loteamentos e dentro de cada lote foram construídas casas de veraneio. Nas duas manchas balneárias prevalece um padrão construtivo bem regular e que predomina sobre outras formas construtivas. Esse padrão é muito regular no país e se assemelha aos quadros relatados por diversos autores sobre os loteamentos periféricos e a autoconstrução (Turnowski, 1992; Fridman, 1994; Cortado, 2018), com o destaque das variações associadas ao veraneio de segunda residência, com as características que são descritas a seguir e que se baseiam na literatura sobre a arquitetura vernacular (Maricato, 1982; Macedo, 1998; Santos & Costa, 2017; Weimer, 2012). A casa no centro do lote, a disposição regular dos lotes e das ruas no loteamento, a conexão com uma via central, a proximidade com um corpo hídrico são características que se acompanham de forma monótona em toda parte.

Tais planos familiares costumam estar associados aos loteamentos, eles mesmos à espera de um projeto futuro de urbanização. Em alguns loteamentos (Figura 4) o aspecto é quase rural, as ruas de terra, sem calçadas e pontilhadas por postes de luz complementam os aspectos das fachadas das casas e dos seus muros ainda em construção e à espera de reboco. Não se trata necessariamente de fronteiras urbanas, pois alguns desses lotes já se encontram incorporados à dinâmica das cidades e podem até mesmo estar a poucos quilômetros dos centros urbanos. A incompletude de alguns imóveis, eles mesmos situados sobre um sítio irregular e vulnerável a alagamentos e demais intemperes, reflete a instabilidade dos loteamentos, em geral incompletos, ocupados em saltos, ao sabor do empenho de energia individual. Mesmo nos loteamentos mais antigos a aparência de improvisado ou de uma espera prevalece. Faltam calçadas, asfalto, iluminação pública em muitos blocos. Em quase todos está ausente a ligação à rede geral de água e esgoto.

Figura 4 - Vistas de ruas de chão batido nos loteamentos veranistas. Acima e centro: loteamentos em São Pedro D'Aldeia; abaixo: abertura de novos lotes em condomínio na estrada Cabo Frio-Búzios



Fonte: acervo da pesquisa (2021-2022).

Nesses lugares há uma intensa troca de informações sobre os melhores pedreiros, os materiais mais adequados, mais novos e as promoções. Essas escolhas, definidas em meio a orçamentos apertados e gostos desenvolvidos no âmbito da cultura local, se aprimoram com o acesso a informações adquiridas em experiências prévias. Assim se formam os bairros, os centros comerciais locais, e uma rede urbana insipiente que mantém traços do passado entremeados aos projetos futuros. Trata-se de algo que articula os interesses locais, regionais, metropolitanos e até mesmo globais, ao observamos a complexa rede de objetos sociotécnicos que estão envolvidos no cotidiano dessas localidades.

Considerações finais

Os dados sobre a população e o território nos mostram uma nítida transição entre três grandes fases e dois momentos de aceleração espaciotemporal. A primeira aceleração decorre justamente do estabelecimento do veraneio no interior do estado do Rio de Janeiro. Este turismo embrionário se estabelece em áreas anteriormente ocupadas pelas planícies alagadas da grande baixada fluminense e os seus usos mais regulares ligados à produção agrícola, à pesca e à silvicultura. A aceleração decorre de novos meios de conexão entre metrópole e interior, além de projetos de urbanização de cidades, os quais modificam o mercado de terras a partir dos anos 1940. Este processo de aceleração se consolida na década de 1970, quando as principais rodovias são concluídas e asfaltadas e o mercado de loteamentos se consolida em toda a região. Logo, a partir dos anos 1970, será o vetor turístico-veranista que guiará os ritmos regionais.

A segunda aceleração decorre de uma reorganização interna das centralidades urbanas estabelecidas e uma complexificação do setor industrial no interior fluminense. Hoje notamos que os anos 2000 e 2010 inauguram uma nova fase caracterizada pela ampliação da região metropolitana e pelos novos nexos do mercado de trabalho e do setor produtivo no interior do estado do Rio de Janeiro. As cidades do turismo já não são só cidades do turismo e, cada vez menos, do veraneio. Residências secundárias tem se transformado em residências permanentes, especialmente no contato entre a Costa do Sol e a RM do Rio de Janeiro. Maricá é hoje um município exemplar desse processo, mas os casos de Cabo Frio e de Rio das Ostras também revelam a abertura de um novo eixo no sentido do norte fluminense.

A transição aponta na direção de uma complexificação dos vetores econômico-produtivos, com forte impacto da cadeia produtiva do setor energético e da construção civil. A nova fase parece incluir, portanto, de um lado, o vetor turístico-veranista (VTV), e, por outro, o vetor de infraestrutura e energia (VIE). O segundo sustenta os investimentos das prefeituras em obras de infraestrutura básica e aplicadas ao turismo, principalmente pela inversão de *royalties* derivados da produção de petróleo *offshore*. O primeiro viabiliza a existência do setor terciário da economia local e oferta empregos temporários e sazonais na região.

Todo esse complexo processo de transição se apresenta como efemeridade das formas urbanas e, logo, em paisagens de difícil fixação e descrição geográfica. Bairros inteiros mudam em poucos anos, seja pela inversão do capital imobiliário, seja pelas obras de infraestrutura criadas pelos órgãos públicos. Mudanças que não se limitam às formas, mas que alteram os ritmos, as velocidades, as frequências, os sons e a rotina da população. Se observarmos as escalas do tempo, notaremos que em todas elas se denota a sensação de aceleração, tantas vezes relatada nas conversas durante os trabalhos de campo. Algo notado nos períodos de férias, durante o verão e as datas especiais, mas também presente na sensação de que há uma aceleração, perceptível pela densidade e diversidade de “coisas” que surgiram nos últimos anos. Descrever essa rápida e densa transição é um desafio para pensar, também, o seu futuro.

Devemos compreender a transição entre dois momentos, duas fases de produção do espaço. Trata-se da transição entre o espaço veranista para a produção do espaço turístico. E esse turismo deve ser caracterizado com sua contraparte, o modelo urbano-industrial e de caráter predatório e acelerado. Os ritmos são mais intensos, abruptos e produzidos de fora para dentro. Trata-se de uma modalidade extrativista de turismo, que tira tudo da terra em que se estabelece e que busca

atualmente extrair o máximo valor possível da paisagem do passado. A mesma paisagem que tem sido consumida pela gula do mercado de terras litorâneo.

O grande desafio parece ser compreender a importância do quadro regional e da metropolização na configuração das paisagens litorâneas fluminenses. Apesar de já se entender o processo mais geral de dependência e de complementariedade econômica do interior com a capital e sua região metropolitana, pouco ainda se conhece dos efeitos sobre os ritmos e as transformações da paisagem litorânea nos últimos 30 anos. Há novos vetores regionais e novos relacionamentos espaciais com a metrópole que ainda estão apenas começando a serem destrinchados. Quais seriam os efeitos das mudanças do mercado de trabalho no mercado de terras e no mercado imobiliário? Que mudanças na caracterização da população podem ser vistas no processo de transformação das paisagens balneárias em paisagens metropolitanas? O rápido movimento de expansão urbana e de crescimento populacional implica em novas densidades e mobilidades regionais. Que cruzamentos entre as necessidades de turistas, veranistas e permanentes são encontradas nesse caso? Há um campo aberto para o debate sobre paisagens que se transformam aceleradamente nos tempos atuais.

Referências

- ADAM, B. (2008) Of timescapes, futurescapes and timeprints. *Lüneburg Talk Web*, Online, n. 070708.
- ALCOFORADO, P. G. (1949) A Lagoa de Araruama. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, CNG/IBGE, Rio de Janeiro, n. 2, p. 79-84.
- ARRAIS, T. A. (2013) *Morar na metrópole, viver na praia ou no campo: a segunda residência e o mercado imobiliário*. Goiânia: Editora UFG.
- BACKHEUSER, E. (1944) Da Trilha ao Trilho: contribuição para o estudo da conquista antropogeográfica da Baixada e Maciço Fluminense. In: *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, Florianópolis, setembro de 1940. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.
- BECKER, H. (2015) *Truques da Escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BERNARDES, L. M. C. (1957) *Planície Litorânea e Zona Canavieira do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CNG/IBGE.
- BERQUE, A. (1985) Milieu, trajet de paysage et déterminisme géographique. *L'Espace géographique*, v. 14, n. 2, p. 99-104.
- BOADA, J. M. (1954) Itinerário turístico para Cabo Frio – as lagoas de Maricá, Saquarema e Araruama. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, CNG/IBGE, Rio de Janeiro, n. 7, p. 195-206.
- CARLOS, A. F. A. (2020) "Segregação socioespacial e o" Direito à Cidade". *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, v. 24, n. 3, p. 412-424.
- CLAVAL, P. (2007) Regional Geography: past and present (a review of ideas, approaches and goals). *Geographia Polonica*, v. 80, n. 1, p. 25-42.
- CORBIN, A. (1989) *O Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CORRÊA, R. L. (1995) Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CORRÊA, R. L.; CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CORTADO, T. J. (2018) *À beira da cidade: política e poética da urbanização no Jardim Maravilha, "loteamento proletário" da Zona Oeste carioca*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- COSTA, C. B. (1993) *O negócio da terra. A expansão urbana de Araruama 1940–1990*. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DANTAS, E. W. C. (2011) *Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*. 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC.
- FONSECA, M. A. (2012) *Segunda residência, lazer e turismo*. Natal: Ed. UFRN.
- FRATUCCI, A. C. (2000) *O ordenamento territorial da atividade turística no Estado do Rio de Janeiro: processos de inserção dos lugares turísticos nas redes do turismo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Niterói.
- FRIDMAN, F. (1994) O Problema Habitacional do Rio de Janeiro. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2/3, p. 79-94.
- GEIGER, P. P. (1952) Loteamento na Baixada da Guanabara. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, CNG/IBGE, Rio de Janeiro, n. 5, p. 95-104.
- GOMES, P. C. C.; PARENTE-RIBEIRO, L. (2021) A orla de Copacabana. *Terra Brasilis*, Online, n.16.
- HAESBAERT, R. (2010) *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HAGERSTRAND, T. (1967) *Innovation Diffusion as a Spatial Process*. Chicago: The Univ. of Chicago Press, 1967.
- HAGERSTRAND, T. (1982) Diorama, Path and Project. *Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie*, v. 73, n. 6, p. 323–339.
- HOLZER, W. (2014) O Sabor do Sal: paisagens vernaculares da Araruama. *Geograficidade*, v. 4, Número Especial.

- HOLZER, W.; ALCÂNTARA, V. (2008) Paisagem Vernacular: aldeamentos salineiros. *Revista Poiésis*, n. 12, p. 89-100.
- HOLZER, W.; SANTOS, C. Q. (2014) Notas sobre a dispersão urbana: o exemplo de Maricá, RJ. In: COSTA, M. L. P. M.; SILVA, M. L. P. (org.). *Produção e gestão do espaço – 10 anos de PPGAU/UFF*. Niterói: FAPERJ; Casa 8.
- LEFEBVRE, H. (2021) *Elementos de Ritmanálise e outros ensaios sobre temporalidades*. Rio de Janeiro: Consequência.
- LEGROUX, J. (2021). A triplicidade do espaço e das práticas cotidianas de mobilidade para o estudo da fragmentação socioespacial. *GEOgraphia*, v. 23, n. 51.
- LENCIONI, S. (1999) *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP.
- MACEDO, S. S. (1998) Paisagem, Modelos Urbanísticos e as Áreas Habitacionais de Primeira e Segunda Residência. *Paisagem, Ambiente e Ensaios*, São Paulo, n. 11, p. 131-202.
- MARICATO, E (1982). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa Ômega.
- MARTINS, A. M. M. (1986) *O Parcelamento da Terra no Município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1986. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro.
- MASCARENHAS, G. (2005) Urbanização Turística e a Produção do Lugar em Penedo. In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BADIN, L. (org.). *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond.
- MONTEIRO, C. A. F. (1954) Guia de Excursão a Angra dos Reis. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, CNG/IBGE, Rio de Janeiro, n. 7, p. 121-148.
- MULLINS, P. (1991) Tourism Urbanization. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 15, n. 3, p. 326-342.
- OLIVEIRA, S. M. C. (2001) *Conflitos ambientais na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PALMIER, L. (1948) Lagoa de Araruama e suas riquezas. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, CNG/IBGE, Rio de Janeiro, n. 1, p. 63-78.
- PARENTE-RIBEIRO, L.; GÓIS, M. P. F.; SOTRATTI, M. A. (2019) A balnearização da baixada de Araruama e a emergência da “Costa do Sol”, Rio de Janeiro (1940-1960). *Confins*, Online, n. 39, 2019.
- PEREIRA, A. Q. (2012) *A urbanização vai à praia*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- PRED, A. (1977) The Choreography of Existence: Comments on Hagerstrand’s Time-Geography and Its Usefulness. *Economic Geography*, v. 53, n. 2.
- RIBEIRO, M. A. (2003) Turismo no Estado do Rio de Janeiro: ensaio de uma tipologia. *GEOgraphia*, Niterói, v.5, n.10, p. 79-91.
- SACK, R. (2004) *Human territoriality: its theory and history*. New York: Cambridge Univ. Press.
- SANTOS, Milton. (2004). *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, S. C.; COSTA, S. K. (2017) Arquitetura Vernacular ou Popular Brasileira: conceitos, aspectos construtivos e identidade cultural local. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 24, n. 35.
- SILVA, L. (2003) *História do Urbanismo no Rio de Janeiro: administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 à ditadura Vargas*. Rio de Janeiro: e-papers.
- SOCIEDADE FLUMINENSE DE FOTOGRAFIA. (1950) Turismo. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, CNG/IBGE, Rio de Janeiro, n. 3, p. 239-274.
- SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. (2020) Fragmentação Socioespacial. *Mercator* (Fortaleza), v. 19, e19015.
- TURNOWSKI, S. (1992) A Organização do Espaço no Estado do Rio de Janeiro: as áreas periurbanas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 82-95.
- WEIMER, G. (2012) *Arquitetura Popular Brasileira*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

